

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.996 - PE (2019/0303403-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : CRISTIANO FERREIRA DE MELO (PRESO)
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA SILVA PORTO -
PE035285
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CRISTIANO FERREIRA DE MELO contra acórdão proferido pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, no julgamento do HC n. 0000852-15.2019.8.17.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter, supostamente, praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (e-STJ fl. 70).

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra preso há mais de 2.468 (dois mil quatrocentos e sessenta e oito) dias, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Destaca, outrossim, "*que o recorrente, está no direito de progredir ao regime de cumprimento de pena semiaberto desde do dia 03/10/2017, Pela Vara de Execução Penal da Capital - Processo: 2009.0184.000389, ficando impossibilitado do progressão do regime mais benéfico devido a expedição do seu mandado de prisão preventiva pelo Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Cabo de Santo Agostinho - PE*" (e-STJ fl. 97).

Requer, em síntese, o provimento do reclamo para que seja relaxada a prisão preventiva do recorrente, colocando-o em liberdade, em virtude do apontado excesso de prazo e, ainda, o direito de "*progredir ao regime semiaberto pela Vara de Execução Penal da Capital – PE*" (e-STJ fl. 98).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 83):

[...]

A impetração se funda nas asserções de constrangimento ilegal por ausência dos requisitos e pressupostos da prisão preventiva, presença de predicados pessoais favoráveis e por excesso de prazo, vez que o Paciente estaria preso desde o dia 24.08.2012, sem ser julgado pelo Júri Popular.

Superior Tribunal de Justiça

Dos informes prestados pelo julgador primário consta ter sido a coleta judicial de provas concluída e prolatada a decisão de pronúncia.

Outrossim, também informou o juiz que a decisão de pronúncia foi impugnada pela defesa do Paciente mediante recurso em sentido estrito.

Conforme destaquei quando do julgamento do HC n. 501191-8, impetrado em favor do Paciente, o julgamento do Paciente está pendente do exame do recurso interposto por sua defesa, descabendo-lhe apontar coação ilegal decorrente da demora de seu julgamento perante o Tribunal do Júri, pois a própria defesa erigiu empecilho à realização do ato processual.

[...]

*Ademais, a liberdade do Paciente se encontra restringida por três condenações definitivas, unificadas pelo Juízo de Execução Penal em **34 anos e 09 meses de reclusão**, como vê da decisão de fl. 77.*

O lapso temporal transcorrido desde que efetivada a custódia cautelar, decorre, principalmente, das condenações transitadas em julgado, em execução, não podendo ser atribuído apenas à prisão cautelar fustigado.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

